



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

ATA - TRE/COP1G

A 1ª Reunião Ordinária do COP1G no exercício 2026 teve início às 09h00, por videoconferência, sob a presidência interina da **Dra. Tainá Monteiro Colares da Costa** (Juíza da 51ª ZE), em razão de atraso justificado do Presidente, **Dr. Jacob Arnaldo Campos Farache** (Juiz da 12ª ZE), que ingressou na sessão às 09h15 e assumiu a condução dos trabalhos. A secretaria foi exercida por **Breno Beбето Brandão Benício** (Analista Judiciário – ASAVI-DG).

Composição vigente — conforme Portaria TRE/PA nº 24.284/2025 (SEI 0008943-92.2025.6.14.8000), que atualizou a composição do Comitê instituído pela Portaria TRE/PA nº 23.859/2025:

Membros do Comitê:

Nome	Lotação	Função	Situação
Dr. Jacob Arnaldo Campos Farache	12ª ZE – Cametá	Presidente	Presente (a partir das 09h15)
Dra. Tainá Monteiro Colares da Costa	51ª ZE – Rondón do Pará	Membro titular	Presente
Ricardo Silva Patrício	Técnico Jud. – 18ª ZE	Membro titular	Presente
Alda Simone Vidal Gois	Analista Jud. 01º ZE	Membro titular	Presente
Breno Beбето Brandão Benício	Analista Jud. – ASAVI-DG	Secretário Executivo	Presente
Gabriel Lima dos Santos		Membro Suplente	Presente

Convidados:

Nome	Lotação	Condição	Situação
Dilson Athias Mesquita	Técnico Jud. – COLOG	Convidado (rep. COLOG)	Presente
Nathalie Christina de Oliveira Castro	EJE/TRE-PA	Convidada (Escola Judiciária)	Presente (até 10h00)
Maria do Socorro Coimbra Moreira	STI/TRE-PA	Convidada (Sec. de Tecnologia)	Presente (até 10h00)
Sinara Lubiana	CRE/TRE-PA	Convidada (rep. CRE)	Presente

Confirmado o quórum regimental, a pauta foi aprovada por unanimidade, com a priorização do item relativo à capacitação da Escola Judiciária, em razão da necessidade de saída antecipada das convidadas Nathalie Castro e Maria do Socorro Moreira.

Nota: embora convidados, nenhum representante da CODES, SGP ou STD se fez presente à reunião.

2- Capacitação: Escola Judiciária e CODES

2.1 Plano Anual de Capacitação 2026

Nathalie Christina de Oliveira Castro, representando a Escola Judiciária Eleitoral (EJE), informou que o **Plano Anual de Capacitação 2026 encontrava-se em elaboração**, com previsão de aprovação para meados de março/abril de 2026. Esclareceu que o plano anual de capacitação do Tribunal se divide entre a **Escola Judiciária Eleitoral (EJE)** e a **Coordenadoria de Desenvolvimento de Servidores (CODES)**, sendo que a EJE responde pela formação jurídico-eleitoral e a CODES pela capacitação de área meio e desenvolvimento de competências gerenciais.

2.2 Curso de Crimes Eleitorais e Poder de Polícia

Foi apresentada a proposta de curso voltado às Zonas Eleitorais, com foco em **propaganda eleitoral e poder de polícia**, a ser ministrado pelo Professor Basílio, com carga horária de 20 horas. O Dr. Jacob ressaltou a importância da capacitação para uniformizar a atuação dos cartórios na fiscalização da propaganda durante as Eleições 2026.

Ref.: SEI 0001699-78.2026.6.14.8000.

2.3 Mestrado

Nathalie apresentou a proposta de parceria acadêmica para viabilização de turma de Mestrado, condicionada à análise de viabilidade institucional e financeira. A proposta encontra-se em fase de instrução e acompanhamento pela Diretoria-Geral.

Ref.: SEI 0001699-78.2026.6.14.8000 — cooperação acadêmica (Mestrado).

2.4 Parceria com a EJE do TJ/PA

O Secretário sugeriu parceria com a Escola Judiciária do TJ-PA, que oferece capacitações de área meio (comunicação não violenta, gestão, liderança) interessantes aos servidores .

Deliberações sobre capacitação:

- 1 . O Secretário enviará formulário às Zonas Eleitorais** para levantamento de necessidades de capacitação, incluindo a melhor data para o curso de crimes eleitorais.
- 2. Após consolidação das respostas, o resultado será encaminhado à EJE** para subsidiar o Plano Anual de Capacitação;
- 3. A EJE analisará a viabilidade de parceria com a EJE/TJ-PA** para divulgação e oferta de cursos transversais e presenciais nos polos regionais;
- 4 . Será criado processo SEI específico** para acompanhamento das demandas de capacitação encaminhadas pelo COP1G;

O Secretário dará ciência às Zonas Eleitorais das **tratativas do Mestrado Acadêmico**, informando o número do processo SEI 0001699-78.2026.6.14.8000 para acompanhamento.

3- Destinação de veículo (Siena) a Zona Eleitoral

O Comitê deliberou sobre a destinação de veículo oficial (Fiat Siena), conforme instrução constante do

processo SEI 0000238-71.2026.6.14.8000, que reuniu subsídios técnicos das unidades administrativas (situação de frota por ZE, demandas e critérios administrativos).

Após análise dos critérios objetivos — extensão territorial, número de municípios abrangidos, dispersão dos locais de votação e dificuldades logísticas recorrentes —, o Comitê decidiu, **por unanimidade**, pela destinação do veículo à **24ª Zona Eleitoral (Conceição do Araguaia)**, que atende 3 (três) municípios em área de grande extensão territorial com reconhecidas dificuldades de deslocamento.

Ref.: SEI 0000238-71.2026.6.14.8000 — Pauta, item 4.1.

4 - Sugestões de pauta das Zonas Eleitorais (consolidadas):

Foram apreciadas as sugestões encaminhadas pelas Zonas Eleitorais, consolidadas na pauta da reunião (Pauta COP1G 2026-02-06, item 3).

4.1 Requisição de servidores municipais (87ª ZE – Concórdia do Pará)

Jocimery Marques Amoras (Técnica Judiciária – 87ª ZE) propôs a revisão do ato normativo que disciplina a requisição de servidores municipais, para afastar a restrição fundada exclusivamente na nomenclatura do cargo, adotando critério material (atribuições/escolaridade) e apurando a competência normativa (TRE/PA ou TSE).

O Dr. Jacob determinou consulta às Secretarias (SJPR e SGP), por intermédio de processo SEI específico, para análise de viabilidade e competência normativa.

Deliberação: Encaminhar consulta à SJPR e SGP sobre adequação normativa. Prazo: antes da 2ª reunião.

4.1 Prazo de apresentação em remoção (35ª ZE – Baião)

Sandro Silva dos Santos (Analista Judiciário – 35ª ZE) propôs a ampliação do prazo de apresentação/exercício na nova unidade de 10 para 20 dias nos próximos editais de remoção, em atenção à razoabilidade e às peculiaridades logísticas/territoriais do Estado do Pará.

O Comitê aprovou a sugestão, que demandará alteração de regulamento interno. Assim, ficou consignado a abertura de processo SEI específico e remessa dos autos para as Secretarias competentes.

4.2 Treinamento para Eleições 2026 (106ª ZE – Parauapebas)

Ivy Lithiany Souza Santos (106ª ZE) sugeriu a ampliação do período de treinamento eleitoral para duração mínima de 5 dias (uma semana), contemplando cursos, treinamento com urna, troca de experiências entre Zonas e demais rotinas relevantes.

O Dr. Jacob propôs transferir o item para a próxima reunião presencial, quando os responsáveis pelo planejamento do treinamento poderiam estar presentes.

4.3 Compensação de jornada e trabalho híbrido para servidores do interior

Cesarina Menezes da Costa Sousa (Técnica Judiciária – Soure) propôs a implementação de mecanismo que viabilize compensação de jornada e/ou modalidade híbrida para servidor lotado no interior que necessite deslocar-se para realização de exames médicos, com avaliação de alternativas que evitem a remoção como única solução.

O Comitê registrou que a demanda foi **parcialmente atendida** pela publicação da **Portaria TRE-PA nº 24.585/2026** (SEI 0001118-63.2026.6.14.8000), de 06 de fevereiro de 2026, que institui projeto-piloto de regime de trabalho híbrido nas Zonas Eleitorais do Estado do Pará, no período de 09/02/2026 a 24/04/2026, com fundamento na Instrução Normativa CNJ nº 98/2024 e na Portaria TRE-PA nº 22.027/2023.

O projeto-piloto prevê a modalidade híbrida com periodicidade mínima de 3 dias presenciais e máxima de

2 dias remotos por semana (art. 1º, parágrafo único). A medição de produtividade via sistemas SISTELE e DFT Diário é requisito essencial (arts. 5º e 13).

Ref.: Portaria TRE-PA nº 24.585/2026, SEI 0001118-63.2026.6.14.8000 (documento anexo à ata).

4.4 Apoio a itinerâncias (24ª ZE – Conceição do Araguaia)

Heitor Vinícius Barros da Cruz (Chefe de Cartório – 24ª ZE) solicitou apoio/incentivos às itinerâncias e treinamentos presenciais em polos regionais. O Dr. Jacob esclareceu que o pleito foge ao escopo deliberativo do COP1G e deve ser encaminhado por via institucional própria.

Manifestações do Comitê:

O Comitê definiu como prioritária a atuação junto a dois Grupos de Trabalho (GTs) do Tribunal que possuem impacto direto sobre o 1º grau de jurisdição:

1- GT Orçamentário — mandato derivado das Resoluções CNJ nº 194 e 195/2014, competência originária do COP1G;

2 -GT Prêmio CNJ de Qualidade — indicadores que afetam diretamente a avaliação das unidades de 1º grau.

Próxima Reunião:

O Comitê definiu a data da primeira reunião presencial do exercício para os dias **5 e 6 de março de 2026**. Oportunidade em que serão realizados encontros com as Secretárias e a deliberação do Comitê será transmitida às Zonas Eleitorais.

Nº	ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO / STATUS
1	Enviar formulário às Zonas Eleitorais para levantamento de necessidades de capacitação e melhor data para curso de crimes eleitorais.	Breno Benício	Imediato
2	Após consolidação, encaminhar resultado do formulário à EJE para subsidiar o Plano Anual de Capacitação.	Breno Benício / EJE	Março/2026
3	Analisar parceria com a EJE/TJ-PA para cursos transversais e presenciais nos polos regionais.	Nathalie Castro (EJE)	Março/2026
4	Criar processo SEI específico para acompanhamento das demandas de capacitação do COP1G.	Breno Benício	Imediato
5	Dar ciência às Zonas Eleitorais das tratativas do Mestrado (CESUPA), com nº do processo SEI 0001699-78.2026.6.14.8000.	Breno Benício	Imediato

Nº	ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO / STATUS
6	Consultar SJPR/SGP sobre flexibilização de nomenclatura de cargo para requisição de servidores municipais.	Breno Benício	Antes da 2ª reunião
7	Propor alteração de regulamento interno: prazo de remoção de 10 para 20 dias.	COP1G DG	2ª Reunião

8	Reforçar junto à DG/SGP a demanda de teletrabalho/compensação para servidores do interior, com base na IN CNJ 98/2024 e Portaria 24.585/2026.	COP1G DG/SGP	Contínuo
9	Verificar local para reunião presencial junto ao Cerimonial (salão do júri ou cerimonial com câmeras).	Breno Benício	Fev/2026
10	Enviar ofício aos GTs (Orçamentário e Prêmio CNJ) solicitando interação do COP1G em minutas que afetem o 1º grau.	Breno Benício	Fev/2026
11	Informar servidor Heitor (24ª ZE) sobre procedimento institucional adequado para pleito de itinerâncias.	Breno Benício	Imediato

Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às 12h30, da qual eu, **Breno Bebeto Brandão Benício**, Secretário Executivo do COP1G, lavrei a presente ata.



Documento assinado eletronicamente por **BRENO BEBETO BRANDÃO BENÍCIO, Coordenador**, em 10/02/2026, às 18:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO SILVA PATRICIO, Membro de Comissão**, em 11/02/2026, às 08:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE, Coordenador**, em 11/02/2026, às 10:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDA SIMONE VIDAL GOIS, Membro de Comissão**, em 11/02/2026, às 10:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CLARICE MARIA DE ANDRADE ROCHA, Membro de Comissão**, em 11/02/2026, às 10:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **TAINA MONTEIRO DA COSTA, Membro de Comissão**, em 11/02/2026, às 16:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2928453** e o código CRC **996F7958**.